

# Memória, História e Cidadania

*Paulo Renato da Silva\**

## **Resumo**

O artigo demonstra como a memória se consolidou como um instrumento para a conquista e ampliação da cidadania por diferentes sujeitos e grupos sociais ao possibilitar a reescrita da História conhecida. O artigo analisa a questão a partir das relações entre a oralidade e a escrita, entre os sujeitos e os grupos com a nação e diante de situações traumáticas como o Holocausto e as ditaduras militares na América Latina.

**Palavras-chave:** Memória. História. Cidadania.

## Introdução

*Veja, hoje a minha voz está mais forte que ontem, já não me canso a todo instante. Parece que estou rejuvenescendo enquanto recordo.*

Sr. Ariosto, **Memória e sociedade**, Ecléa Bosi.

Não há memória sem esquecimento(s). Também podemos falar que, muitas vezes, há memórias omissas, quando o esquecimento é intencional. Portanto, ao contrário do que geralmente pensamos (e desejamos ter), a memória não é a capacidade de guardar e acumular informações e lembranças com precisão, a memória é o processo de reelaboração de informações e experiências de vida. Vários fatores interferem nesse processo de reelaboração, que leva a esquecimentos e omissões: traumas, classe social, etnia, gênero, religião, amizades, preconceitos de todo tipo, interesses políticos, disponibilidade de documentos e formas de transmissão da memória, dentre outros. Considerando-se essa multiplicidade de fatores, não encontramos na memória “o que realmente aconteceu no passado”. Isso não é necessariamente um problema, nem inutiliza a memória, muito pelo contrário. É justamente por não encontrarmos em determinada memória o que realmente aconteceu, que outras versões do passado podem ser reivindicadas por diferentes indivíduos e grupos sociais. Paradoxalmente, sem os esquecimentos e omissões não haveria, assim, questionamentos, debates e pensamento crítico, não haveria renovação constante do conhecimento.

Funes, personagem de um conto do escritor argentino Jorge Luis Borges, cai de um cavalo, fica aleijado e passa a se lembrar de absolutamente tudo. Contudo, sua vida torna-se monótona. Para lembrar-se de um dia, levava outro inteiro, de tão perfeita que sua memória passou a ser. Por não ter mais dúvidas, perde a capacidade de levantar hipóteses e imaginar, como indica a metáfora do aleijamento. Tantas eram as informações guardadas, que a realidade tornou-se insuportável e Funes morre muito jovem, de uma congestão pulmonar, ou seja, sufocado. Borges alerta que o esquecimento é

necessário não apenas para o conhecimento, como também para a vida. O caso mais conhecido da relação entre o esquecimento e a vida é o dos sobreviventes do Holocausto. Se todas as experiências traumáticas vividas nos campos de concentração tivessem permanecido intactas na memória deles, teriam sobrevivido por muito tempo?

Assim, a memória é dinâmica, está sempre sujeita à mudança. Comparar documentos escritos, relatos orais, manifestações artísticas e culturais, dentre outras fontes, permite levantar esquecimentos e omissões e mudar o que até então se sabia. O trabalho com a memória permite que outros indivíduos e grupos tenham destaque, atualiza lutas reprimidas e valoriza culturas e identidades vistas como “inferiores” ou “primitivas”, daí a sua importância para a cidadania.

Como destacado na epígrafe, o Sr. Ariosto sente-se jovem, pois lembrar não se refere apenas ao passado, mas é uma ação que se desenvolve no presente para transformá-lo. Ao lembrar sua participação em um protesto de 1º de Maio nas primeiras décadas do século XX, o Sr. Ariosto aponta para a repressão aos estudantes durante a ditadura militar, período no qual deu o depoimento. “O governo não queria que os operários fossem para a rua e que o 1º de Maio fosse tão festejado. “[...] É como agora; eles não querem a manifestação dos estudantes [grifo meu]” (apud BOSI, 1994, p. 161). Ao explicar a ida para o asilo no qual vivia, lamenta as políticas econômicas e a exploração dos trabalhadores. “[...] era como agora, os patrões nunca cedem, estão sempre pisando. Naquela época ninguém podia falar nada, que mandavam embora [grifo meu]” (apud BOSI, 1994, p. 166). Sente-se jovem, pois sabe da importância do que diz e aproveita para reivindicar melhores condições de vida. “Acho que deviam ouvir as necessidades dos velhos, tratar com mais carinho as pessoas de idade” (apud BOSI, 1994, p. 176). Como deixa claro o depoimento do Sr. Ariosto - “era como agora” -, é o presente que determina o que e como lembrar. Como destaca Ecléa Bosi, a “[...] memória não é sonho, é trabalho.” (BOSI, 1994, p. 55).

É justamente por ocorrer no presente, trazer as marcas dele e transformá-lo, que a memória permite (re)escrever a História. O passado não muda, mas muda nossa percepção e conhecimento do passado. Apesar da íntima relação, memória e História não são sinônimas. Quando os indivíduos e grupos usam, se apropriam da memória, própria ou alheia, transformam esta memória em História. Essa História (re)escrita, por sua vez, mudará a memória que se tinha até então de algo, seja de um governo, de um movimento social ou de uma guerra, dentre outras possibilidades.

Como destaca Marc Bloch, a História estuda a ação dos homens no tempo. É necessário indagar, então, o porquê de algumas memórias serem privilegiadas em detrimento de outras nos livros didáticos, nos feriados, nas políticas de proteção ao patrimônio, na mídia etc. É preciso levantar o interesse político presente em cada um desses “lugares de memória”, pensando a política amplamente, muito além dos âmbitos partidário, eleitoral e institucional. Esquecimentos e omissões estão relacionados às ações de sujeitos e grupos.

O sociólogo e antropólogo francês Maurice Halbwachs foi um dos primeiros a chamar a atenção para o caráter social, coletivo de todas as memórias, inclusive das individuais. “Por mais estranho e paradoxal que isto possa parecer, as lembranças que nos são mais difíceis de evocar são aquelas que não concernem a não ser a nós, que constituem nosso bem mais exclusivo” (HALBWACHS, 1990, p. 48-49). Evidentemente que temos experiências próprias, particulares, que diferem das vividas por aqueles que nos cercam. Sem essas experiências individuais, a memória não seria dinâmica, pois ela seria homogênea e não haveria possibilidade de reelaboração. Entretanto, o modo como vivenciamos e reelaboramos essas experiências individuais é sempre marcado pelos grupos aos quais pertencemos (classe social, etnia, gênero etc.), mesmo se estivermos sozinhos e não dividirmos determinada experiência com ninguém. “[...] nunca estamos sós. [...] temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem” (HALBWACHS, 1990, p. 26).

Falamos da História como o estudo da ação dos homens no tempo. Devemos acrescentar: estudo da ação dos homens no tempo sobre determinado espaço, o qual é apropriado/construído pelos homens. Logo, o espaço também exerce marcas sobre a memória, pois todo espaço é simbólico. Por exemplo, as lembranças de infância frequentemente estão associadas a uma casa. Voltar a essa casa, muito tempo depois, estimula o ato de lembrar, mas a recuperação dos anos ali vividos esbarra na mudança de percepção daquele espaço. “Fixamos a casa com as dimensões que ela teve para nós e causa espanto a redução que sofre quando vamos revê-la com os olhos de adulto” (BOSI, 1994, p. 435). Para citar outro exemplo, a escolha do espaço é fundamental para uma manifestação política ter repercussão e permanecer na memória coletiva. Para o sucesso de um movimento como o das Diretas-Já em 1984 foi fundamental a apropriação de espaços públicos como ruas e praças localizadas em áreas centrais das maiores cidades do país. Sabemos que se formou, a partir da Grécia antiga, uma tradição que relaciona as praças à participação política. Todas as identidades nacionais, por sua vez, estão profundamente arraigadas em um território.

Milton Santos trata da relação entre memória e espaço quando aborda a crescente mobilidade dos seres humanos. Segundo o autor, o indivíduo que migra é inicialmente tomado por uma forte alienação, pois abandona suas referências culturais (objetos, caminhos, imagens etc.) e se depara com um espaço cuja memória desconhece. Porém, a relação com o novo entorno transformará não apenas a cultura herdada, mas, também, o espaço que o indivíduo passou a ocupar, rompendo, assim, a alienação inicial. São conhecidos, por exemplo, os problemas de integração enfrentados por imigrantes europeus e por migrantes nordestinos na cidade de São Paulo. Por outro lado, também são conhecidas as várias características arquitetônicas, gastronômicas, linguísticas e musicais, dentre outras, que deram à cidade e aos paulistanos. Para Milton Santos, quando a alienação inicial é rompida, “[...] o indivíduo recupera a parte do seu ser que parecia perdida” (SANTOS, 1996, p. 263).

Considerando-se as interferências que existem sobre a memória, para tomá-la como um instrumento de conquista e ampliação da cidadania, cabe não apenas levantar memórias esquecidas ou ignoradas, mas também analisar os motivos pelos quais algumas memórias foram esquecidas ou ignoradas na construção da História conhecida. Por que a projeção cartográfica de Mercator, que dá centralidade/superioridade ao continente europeu, é mais comum do que outras projeções? Ao relacionarmos a América Latina exclusivamente a atraso, autoritarismo e violência, não estaríamos assumindo a visão de norte-americanos e europeus sobre nós? Por que olhamos o norte e o nordeste como “atrasados” e o sul e o sudeste como “desenvolvidos”? Não haveria particularidades desconsideradas por essas divisões regionais? Por que a industrialização e modernização do Brasil no início do século XX costumam ser atribuídas aos imigrantes europeus e não se destaca o papel dos ex-escravos neste processo? Por que privilegiamos os setores “intelectualizados” (políticos, artistas, intelectuais, estudantes etc.) como sujeitos históricos e os setores populares são geralmente representados como passivos politicamente? Quando lamentamos a falta de “civismo” do brasileiro, a desinformação sobre feriados e símbolos nacionais, não estaríamos reproduzindo o discurso oficial? Essas são apenas algumas questões possíveis de serem (re)pensadas se levarmos em conta a multiplicidade de memórias.

### **Os Estados nacionais e a História como área do conhecimento**

A expansão da imprensa consolidou o rompimento entre a transmissão oral da memória e a escrita, que se complementaram até o Ocidente medieval. Com a imprensa, expande-se o horizonte da memória coletiva, mas diminui a possibilidade de “fixação” da memória, em decorrência da multiplicação dos registros impressos. Essa impossibilidade viabiliza o desenvolvimento da me-

mória individual, fenômeno também ligado à afirmação do indivíduo durante o Renascimento. Os indivíduos passam a escolher o que conhecer, criticar ou defender.

No entanto, essa afirmação do indivíduo encontrou limites na consolidação dos Estados nacionais, que se formaram sobre o localismo cultural e político que marcou o Ocidente medieval. A memória individual se desenvolve, porém traz consigo, cada vez mais, as marcas da nação, pois a oralidade se enfraquece perante a escrita e as comunidades que se guiavam pela tradição oral perdem parte da autoridade sobre suas memórias para instituições organizadas e controladas pelo Estado como arquivos e bibliotecas, templos da cultura letrada.

Não por acaso a História se consolida como área específica do conhecimento no século XIX sob o signo da nação. Os historiadores, na medida em que se especializavam como profissionais da memória nacional, como guardiões dela, se distanciavam das comunidades locais/regionais/étnico-culturais e entravam em confronto com elas. Na construção da História nacional, caberia silenciar as particularidades de cada comunidade e forjar um ponto de união. Para tal, as fontes históricas se limitavam a documentos escritos e oficiais, produzidos e/ou protegidos pelo Estado. Os historiadores do século XIX viam o documento escrito como objetivo, como o pilar de todo “fato histórico”. “[...] toda a tradição histórica desenvolveu-se como exercício regulado de memória e seu aprofundamento espontâneo, a reconstituição de um passado sem lacuna e sem falha” (NORA, 1993, p. 10). Nora usa a expressão história-memória para se referir ao período, ou seja, a História era vista como um instrumento de reconstituição de uma “memória verdadeira”. O testemunho de Fustel de Coulanges no século XIX mostra como as fontes se resumiam a textos e significavam “prova histórica”. “O melhor historiador é aquele que se mantém o mais próximo possível dos textos.”(apud LE GOFF, 2003, p. 527).

Tratava-se, então, de uma História do Estado, colocado como representante da nação. Eric Hobsbawm destaca como o significa-

do de nação e de Estado se aproximaram no decorrer do século XIX. Antes, nação era tida simplesmente como o conjunto de habitantes de uma província, país ou reino. Permaneceu a ideia de grupo de habitantes, mas, agora, regidos por um mesmo governo.

Se por um lado a valorização da escrita e dos documentos oficiais permitiu aos Estados retirar a autoridade das comunidades sobre suas memórias, por outro, representava um empecilho para a difusão do sentimento nacional nestas comunidades, considerando-se que a oralidade não se enfraqueceu prontamente – ainda persiste, vale ressaltar. Para fortalecer o sentimento nacional, os Estados desenvolveram um espírito comemorativo. Nesse aspecto, a Revolução Francesa também marcou a contemporaneidade e, além de festas nacionais para comemorar o ocorrido, foi criado, inclusive, um novo calendário – o qual não perdurou. Le Goff lembra como esses símbolos aproximaram os revolucionários franceses dos nacionalistas e conservadores. No Brasil, a preocupação com o desenvolvimento de um espírito comemorativo, assim como seu aspecto conservador, podem ser percebidos entre os republicanos já no final do século XIX. A República, por exemplo, mudou a letra, mas manteve a música do hino nacional adotado pelo Império, o mesmo que vigora até hoje. Além disso, alterou a bandeira, mas manteve suas cores. Como destaca José Murilo de Carvalho, “[...] o emblema nacional [...] [deveria] ser símbolo de fraternidade e ligar o passado ao presente e ao futuro” (CARVALHO, 1990, p. 113).

Em 21 de abril, 7 de setembro ou qualquer outra data “cívica”, quem já não assistiu na televisão àquelas reportagens que entrevistam de surpresa pessoas na rua perguntando sobre o significado do dia? Quem já não se surpreendeu com o desconhecimento massivo da população? Quem já não lamentou ou escutou alguém se lamentar sobre o nacionalismo do brasileiro, que apenas apareceria em Copas do Mundo e Olimpíadas? Considerando-se como se deu a consolidação dos Estados nacionais e o papel da História neste processo, considerando-se a tentativa de se silenciar as particularidades locais/regionais/étnico-culturais, talvez seja melhor o desconheci-

mento do que a reprodução do discurso oficial. Antes de assumirmos uma postura elitista e preconceituosa em relação aos setores populares, colocando-os como alienados, desinteressados, manipulados politicamente, vale pensar na posição de Antonio Mitre, que responsabiliza os próprios historiadores pelo referido desconhecimento, pois teriam se distanciado da maioria da sociedade. Segundo Mitre, o desconhecimento deve ser buscado “[...] na fragmentação ou interrupção das redes sociais através das quais se verifica a transmissão da experiência coletiva [...]” (MITRE, 2003, p. 25).

Mais importante do que o conhecimento de datas e símbolos nacionais é o desenvolvimento de uma visão crítica sobre o discurso por trás de cada um deles, para que os sujeitos e grupos possam se apropriar destas datas e símbolos. De acordo com Nora, não “[...] se celebra mais a nação, mas se estudam suas celebrações” (1993, p. 14). Para citar um episódio conhecido, indígenas, ao protestarem em Porto Seguro (BA) em 22 de abril de 2000, se apropriaram dos 500 anos do Brasil e as atenções da mídia e da opinião pública se desviaram das comemorações oficiais para o protesto e a situação precária das comunidades indígenas no país. Menos de uma década antes, o ex-presidente Fernando Collor de Mello, envolvido em uma grave crise política, pediu para os brasileiros vestirem o verde e o amarelo, uma tentativa de unir o país. Os brasileiros saíram às ruas, mas vestidos de negro, demonstrando o descontentamento com o governo que, como se sabe, caiu pouco tempo depois. Esses dois exemplos indicam que é possível estimular a apropriação de datas e símbolos nacionais pelos sujeitos e grupos, pois inegavelmente existe uma ligação com a nação, construída desde a infância pela família, religião, escola e outras instituições. Em momentos de crise – e em Copas do Mundo e Olimpíadas –, quando o “inimigo” se torna mais nítido, essa ligação se evidencia.

Nora destaca uma mudança importante: a simbiose entre nação e Estado que predominou no século XIX foi abalada no decorrer do XX pelo fortalecimento da sociedade. Os movimentos sociais passaram a disputar com os Estados qual seria a “verdadeira” cara das

nações. Marilena Chauí era Secretária da Cultura quando a Prefeitura de São Paulo desenvolveu o projeto Pátria amada esquartejada, exposição que percorreu as ruas da capital paulista no início da década de 1990. Chauí comenta que o título procurou chamar a atenção para a multiplicidade que fica escondida sob a égide da nação. “Quantas nações somos nós?” (apud MACIEL; SIMÕES, 1992, p. 8).

## **Desafios e perspectivas da memória nos séculos XX-XXI**

Nora destaca que o século XX levou a um questionamento da história-memória pautada no Estado, de forte cunho nacional/nacionalista e regida pelo critério de verdade. O autor lembra que a Grande Guerra (1914-1918), a crise internacional de 1929 e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) abalaram a crença no Estado como promotor de um progresso contínuo da nação. O nacionalismo que alimentou os dois confrontos mundiais, por sua vez, colocou em xeque a nação como um elemento central de identidade.

Nora menciona, também, como a democratização de meados do século XX colaborou para a crise da história-memória. No rastro do impacto do nazi-fascismo, os países liberais sentiram a necessidade de expandir direitos políticos, sociais e civis aos setores populares e grupos até então coadjuvantes nas esferas de poder. O objetivo era conter o surgimento de novos movimentos autoritários que se colocassem como representantes desses setores. A partir da década de 1950, essa democratização colaborou para o surgimento e consolidação de diversos movimentos sociais como o dos negros, dos estudantes, das mulheres e dos homossexuais, dentre outros. Cada um desses grupos deixava claro que suas memórias não correspondiam à história de cunho oficial e nacional/nacionalista então dominante, o que ajudou a desencadear uma ampla revisão da História conhecida.

Essa ampla revisão não teria ocorrido sem uma mudança na concepção de fonte histórica. Antes restrita a documentos escritos e oficiais, tal concepção se expandiu para tudo aquilo que indique um

rastrado da passagem humana. Foi fundamental para essa ampliação a revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, lançada na França em 1929. Para os fundadores da revista, os documentos escritos continuaram centrais (continuam até hoje), mas, na falta deles, dever-se-ia buscar outras evidências. Como defendeu Lucien Febvre, a “[...] história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. [...]. Mas pode fazer-se sem documentos escritos [...]” (apud LE GOFF, 2003, p. 530).

Essa mudança na concepção de fonte histórica foi inerente a uma mudança no próprio objeto da História. Além dos “grandes” homens, passaram a ser considerados, também, os sujeitos e grupos cujos nomes e rostos, muitas vezes, se perderam e se perdem na multidão. Além dos “grandes” acontecimentos econômicos, políticos e militares, comumente caracterizados por rápidas mudanças, os historiadores incluíram em suas preocupações a cultura material, as relações afetivas, as crenças religiosas, os hábitos alimentares, a Literatura e outras dimensões da vida social com temporalidades específicas, que não necessariamente acompanham o ritmo dos “grandes” acontecimentos. Logo, mudança, também, na concepção de tempo e temporalidade.

Essa mudança na concepção de fonte histórica foi acompanhada por uma profunda transformação metodológica. Não mais o interesse apenas pela narrativa em si das fontes, mas também por suas condições de produção. “O documento [...] é [...] o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente [...]. O testemunho, o ensinamento [...] que ele traz devem ser [...] analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente [grifo meu].” (LE GOFF, 2003, p. 537-538).

Retornando a Nora, o autor frisa, ainda, como o processo de globalização foi fundamental para a crise da história-memória. Ao expandir a noção de território, a globalização colaborou para desvincular a nação do Estado. Diante de um massacre étnico, de uma violência de gênero ou de uma catástrofe natural, se formam prontamente redes internacionais de solidariedade.

A globalização também contribuiu para a crise da história-memória ao facilitar o acesso à informação para os mais variados sujeitos e grupos sociais. É claro que se trata de um processo ainda inicial em países como o Brasil, onde, por exemplo, o acesso à internet, jornais ou revistas ainda deixa a desejar. Entretanto, precisamos romper a relação geralmente estabelecida entre meios de comunicação de massa e manipulação. É preciso considerar a capacidade de discernimento dos sujeitos e grupos, independentemente da condição econômica ou formação intelectual. É necessário não negar essa capacidade de antemão. Para citar um exemplo conhecido, a Rede Globo de Televisão, aliada da ditadura militar, inicialmente ignorou as Diretas-Já. O movimento não era noticiado nos telejornais da emissora. Porém, o movimento continuou crescendo e, apoiado massivamente pela opinião pública, passou a ser noticiado pela emissora.

Falamos que a difusão da informação é um processo ainda inicial nos países mais pobres. Inicial, mas já iniciado. Existe um bom exemplo, latino-americano, que indica como o problema não está nos meios de comunicação em si. Contra a posição do governo mexicano, apoiado pela maioria dos meios de comunicação daquele país, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) se levantou em 1o de janeiro de 1994 contra o NAFTA, acordo de livre comércio com os Estados Unidos e Canadá que passou a vigorar naquele dia. O EZLN, ainda atuante no Estado de Chiapas, ao sul do México, tem a internet como principal instrumento de divulgação de seus ideais, marcados por uma profunda crítica à globalização e ao neoliberalismo. Justamente a internet, sem a qual é impensável a globalização. Vale lembrar que o EZLN, ao exigir terras para os camponeses, se apropria da memória indígena e da Revolução Mexicana, da qual se coloca como um continuador. O EZLN frisa a expropriação de terras sofrida pelos povos indígenas desde a conquista europeia. Como defende Milton Santos, a globalização não trouxe (e nem possivelmente trará) um pensamento único, homogêneo, padronizado; ao contrário do que muitos esperavam, o autor considera que a globalização tem despertado uma consciência universal:

A rapidez dos processos conduz a uma rapidez nas mudanças e, por conseguinte, aprofunda a necessidade de produção de novos entes organizadores. Isso se dá nos diversos níveis da vida social. [...]. Neste fim do século XX, tudo é política. E, graças às técnicas utilizadas no período contemporâneo e ao papel centralizador dos agentes hegemônicos, que são planetários, torna-se ubíqua a presença de processos distorcidos e exigentes de reordenamento. Por isso a política aparece como um dado indispensável e onipresente, abrangendo praticamente a totalidade das ações. (SANTOS, 2001, p. 163).

## **História oral**

A história oral consiste em um método de pesquisa baseado na realização de entrevistas. Usado por profissionais de várias áreas, o método se difundiu apenas em meados do século XX, no rastro do fortalecimento dos movimentos sociais e da ampliação do conceito de fonte histórica.

Além das interferências sobre a memória que já comentamos, Paul Thompson destaca que, no caso da história oral, também devem ser considerados o preparo e a condução das entrevistas. Ao nos apresentarmos e explicarmos nossos interesses de pesquisa, o entrevistado, voluntária ou involuntariamente, já escolheria alguns pontos em detrimento de outros. Porém, Paul Thompson indica procedimentos que diminuiriam a interferência de uma entrevista sobre uma memória a ser relatada:

\* erudição: auxilia na formulação dos pontos a serem priorizados e na escolha dos entrevistados. Entrevistas longas tendem a cansar os entrevistados, por isso a importância de já se ter um roteiro preparado. Depois das entrevistas, a erudição permite detectar melhor, também, as informações que foram esquecidas ou omitidas pelos entrevistados.

\* humildade: apesar da necessidade de amplo conhecimento sobre o assunto pesquisado, quem detém informações relevantes, no momento da entrevista, é o entrevistado. O entrevistador deve escutar muito mais do que falar.

\* interesse pelo relato: a humildade não significa que o entrevistador deva ficar inerte entre as perguntas. O olhar e os ouvidos devem estar atentos para fortalecer o vínculo entre o entrevistador e o entrevistado. Caso o entrevistado interrompa a narrativa e permaneça em silêncio demoradamente ou comece a gaguejar, é preciso ter paciência para que o informante restabeleça sozinho o relato. Contudo, caso a interrupção perdure, Paul Thompson sugere que o entrevistado seja auxiliado. Se a narrativa tomar um rumo diferente, o entrevistador não deve interrompê-la. O “desvio” tomado pela narrativa pode ser um dado muito relevante para a pesquisa.

\* perguntas iniciais abertas: este ponto não se refere apenas à necessidade de se interferir o mínimo possível, mas também representa uma postura ética, especialmente com os mais velhos. Como desenvolve Ecléa Bosi, nas sociedades industriais, muitas vezes, aos idosos só resta lembrar. Assim, cabe ao pesquisador permitir que o entrevistado sintá-se livre para exercer a “função social da memória”.

\* próximas perguntas: o entrevistador pode assumir uma posição mais diretiva somente depois de iniciado o relato. Quando a narrativa tocar em um assunto que interesse diretamente à pesquisa, o entrevistador pode estimular o entrevistado a desenvolvê-lo. O autor enfatiza que os pesquisadores têm que tomar muito cuidado para não emitirem juízos de valor. Uma pergunta como “Você castigava severamente seus filhos?” tenderia a inibir mais o entrevistado do que “Você pode me falar sobre um momento em que você teve que [grifo meu] castigar severamente seus filhos?”.

O método da história oral se popularizou para dar “voz” aos “excluídos” pela História oficial. Inicialmente, parecia ser o caminho para uma História “verdadeira”, pois era vista “de baixo”, era a versão dos “oprimidos”. A história oral continua fundamental não para dar voz, mas para fortalecer a voz dos sujeitos e grupos desconhecidos, assim como para preencher lacunas de documentação. Porém, os historiadores abandonaram a ilusão de recuperar “plenamente” experiências vividas através da história oral. Os his-

toridores têm se debruçado, justamente, sobre os esquecimentos e omissões, têm se debruçado sobre os processos de reelaboração da memória e se perguntado sobre suas possíveis causas. Esses processos e suas causas se tornaram objetos para a História, pois também estão relacionadas às experiências de vida.

## **Trauma, ressentimento e perdão**

*Bem sei que, contando isso, dificilmente seremos compreendidos, e talvez seja bom assim (LEVI, 1988).*

Primo Levi sobreviveu ao Holocausto. Químico de formação, tentou retomar a carreira após a guerra, mas “falou mais forte” a necessidade que sentia de relatar a experiência que tinha vivido no campo de concentração e escreveu vários livros a respeito. O caso dos sobreviventes do Holocausto é, seguramente, um dos melhores e mais controversos exemplos de como a memória possibilita reescrever a História.

Ninguém duvida que seja necessário lembrar as experiências traumáticas. Em alguns casos, como o do Holocausto, lembrar seria mais do que um direito, mas também um dever. Permite uma reparação às vítimas e alerta sobre o perigo representado por situações semelhantes. O testemunho dos sobreviventes do Holocausto fez vir à tona experiências traumáticas maquiadas pela propaganda nazista e ajudou a extirpar do Estado alemão pessoas ligadas ao regime de Hitler.

No caso das ditaduras militares latino-americanas, podemos fazer observações semelhantes. As memórias dos perseguidos políticos abalaram a imagem dos militares como promotores do “progresso” e são fundamentais nos esforços para se consolidar a democracia no continente.

Todos que passam por uma situação traumática seguramente se deparam com a seguinte dificuldade: como relatar algo que, por vezes, eu próprio não acredito ter presenciado/vivido? O trauma

é definido por uma singularidade, pelo seu caráter único, excepcional. Assim, narrar (por escrito, oralmente, artisticamente etc.) uma experiência traumática traz um problema de representação, implica escolher palavras, imagens, sons e tecer comparações que permitam aos interlocutores imaginar, supor como tenha sido viver esta experiência. Então, ao ser relatada, a excepcionalidade se perde, pois o que relata busca signos, referências em comum para ser compreendido. No caso do Holocausto, a necessidade de lembrar, de denunciar, parece se chocar com o receio, com o medo de que a experiência vivida seja diminuída, amenizada, ao ser compartilhada. Por isso Levi diz que seria bom que não fosse compreendido. Não compreender uma situação traumática significa retornar a ela, mantê-la intacta, viva.

A memória de situações traumáticas é controversa, pois o ressentimento existente em muitos sobreviventes nos coloca a seguinte questão: deve haver limites para a memória social? Se por um lado a memória dos sobreviventes do Holocausto fez da Alemanha um país mais tolerante, preocupado com o respeito à diversidade, como se notou na Copa do Mundo de 2006, por outro, não alimentaria, ainda que indiretamente, a política de consolidação do Estado de Israel contra o povo palestino? Está crescendo o (antigo) debate sobre a pertinência de se colocar ou não limites para a memória social. O filósofo francês Paul Ricoeur provocou polêmica ao defender a necessidade de perdão na História. Discutir limites para a memória social não necessariamente significa defender o esquecimento. Nem o perdão defendido por Ricoeur exclui a punição. Retornando ao exemplo do Holocausto, o debate cresce, pois responsáveis pelo genocídio foram julgados e punidos e a maior parte dos que conseguiram fugir já faleceu. Assim, o amplo espaço destinado ao Holocausto, por exemplo, nos currículos escolares alemães, não representaria uma descrença na capacidade de discernimento dos mais jovens, como se naturalmente fossem propensos a um discurso como o nazista? Como destaca Jacy Alves de Seixas, para o escritor Martin Walser,

de conhecida trajetória de esquerda, a lembrança do Holocausto passou a representar a “instrumentalização da vergonha com fins contemporâneos” (WALSER apud SEIXAS, 2000, p. 76), ou seja, foi apropriada para objetivos alheios, particulares, não necessariamente relacionados ao ocorrido.

Debates semelhantes ocorreram após a queda das últimas ditaduras militares na América Latina. Anistia geral, irrestrita, incluindo os militares, ou apenas para os perseguidos políticos? O debate continua principalmente na Argentina, em virtude do elevado número de desaparecidos políticos e pela forte atuação de entidades como as Mães da Praça de Maio, associação liderada por familiares de perseguidos pela ditadura. Em 2006, o golpe fez 30 anos, a data (24 de março) virou feriado e o lema dos principais movimentos sociais argentinos neste dia foi, justamente, “Não haverá perdão”. As Mães da Praça de Maio e outras entidades são responsabilizadas por alguns setores da sociedade argentina pela manutenção de tensões políticas. Segundo esses setores, essas entidades, paradoxalmente, alimentariam a extrema direita que, temendo punições referentes ao período militar, se manteria articulada. Por exemplo, em 2006, o argentino Jorge Julio López, testemunha de acusação no julgamento de um militar acusado de genocídio, desapareceu sob circunstâncias desconhecidas. Sobre a “instrumentalização da vergonha com fins contemporâneos”, a presidente chilena Michelle Bachelet inaugurou em 2010 um museu dedicado às vítimas da ditadura Pinochet às vésperas de uma acirrada eleição presidencial.

Como destacamos, trata-se um debate antigo, que se articula em torno de dois pontos principais. O ressentimento pode unir um grupo e ajudá-lo a se afirmar? Ou o ressentimento paralisa os indivíduos e os grupos? O ressentimento, quando exteriorizado, ajuda a superar ou alimenta ódios? Nietzsche já destacava a necessidade de equilíbrio entre a memória e o esquecimento dos ressentimentos. Para Nietzsche, o esquecimento não deve ser imposto,

tampouco é um processo inevitável, mas seria uma escolha, uma opção, o reivindica como um direito, pois a memória como dever condenaria os indivíduos e grupos a repetirem incessantemente a experiência lembrada. A memória viraria uma “prisão”. O nazismo, por exemplo, não se alimentou do ressentimento que se propagou entre os alemães após a derrota na Primeira Guerra Mundial?

### **Considerações finais**

Enfim, é preciso considerar as diversas interferências que existem sobre a memória, de modo que seja possível a (re)escrita da História por diferentes indivíduos e grupos sociais. A memória permite o reencontro dos sujeitos e grupos consigo mesmos e a (re)escrita da História a redefinição de identidades e a legitimação de direitos adquiridos, assim como de lutas pela ampliação da cidadania.

Para terminar, cabe frisar que, em meio às “imperfeições” e limites da memória, os historiadores precisam ter uma postura ética: por um lado, é necessário ter consciência, sim, sobre a diversidade com a qual os sujeitos e grupos se relacionam com as experiências vividas, mas, por outro, é preciso manter um compromisso com a veracidade destas experiências para não caírem em um relativismo absoluto que chega a “compreender” tiranias e perseguições.

### **Notas**

\* Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

### **Referências**

BBLOCH, Marc. **Introdução à História**. Publicações Europa-América, 1976.

BORGES, Jorge Luis. Funes, o Memorioso. In: **Obras completas de Jorge Luis Borges**. Vol. 1. São Paulo: Globo, 1998, v. 1, p. 539-546.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais; Vértice, 1990.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

MACIEL, Laura Antunes; SIMÕES, Júlio Assis. **Pátria amada esquartejada**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.

MITRE, Antonio. História: memória e esquecimento. In: **O dilema do centauro**: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003. p. 11-28.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n 10, p. 7-28, dez. 1993.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEIXAS, Jacy Alves de. Comemorar entre memória e esquecimento: reflexões sobre a memória histórica. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n 32, p. 75-95, jan./jun. 2000.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** história oral. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

## **Abstract**

The article analyzes the importance of memory for the conquest and expansion of citizenship by different individuals and social groups to allow the rewriting of History. The article analyzes the relationship between orality and writing, among individuals and groups with the nation and the memory in traumatic situations such as the Holocaust and the military dictatorships in Latin America.

**Keywords:** Memory. History. Citizenship.